

Sumário

1. Introdução	1
Capítulo I – Políticas Públicas, Orçamento e Controle	7
2.1 O controle das finanças públicas e as entidades fiscalizadoras superiores.....	8
2.2 O paradigma econômico e as políticas sociais na América Latina.....	15
2.3 Políticas públicas, direitos fundamentais e orçamento	25
2.4 Sistema constitucional de garantia da boa gestão de recursos públicos e de proteção financeira aos direitos fundamentais	39
2.5 O custo dos direitos e a legitimidade do processo de controle de políticas públicas.....	59
2.6 A teoria das capacidades institucionais e o direito fundamental a uma tutela efetiva e especializada	64
2.7 Entidades fiscalizadoras superiores e qualidade democrática.....	78
2.7.1 <i>Accountability</i> e o controle externo	81
3 Capítulo II – Modelos e Arranjos Institucionais das EFS	91
3.1 Sistemas de controle e modelos de entidades fiscalizadoras superiores	92
3.1.1 Sistemas de controle.....	92
3.1.2 Tipos de controle.....	101
3.2 Controle externo no Brasil: os tribunais de contas	112
3.3 Controle externo nacional na Argentina: <i>Auditoria general de la nación</i>	118

3.4 Controle externo no Chile: <i>Contraloría general de la república</i> ...	127
3.5 As entidades fiscalizadoras superiores no Brasil, Chile e Argentina: Uma análise comparada	134
4 Capítulo III – Efetividade das EFS e Direitos Fundamentais	143
4.1 Desempenho das entidades fiscalizadoras superiores	144
4.1.1 A atuação das entidades fiscalizadoras superiores no controle da corrupção e na qualidade da governança.....	153
5 Considerações Finais.....	163
Referências Bibliográficas	167